

Apresentação do dossiê

Os capuchos arrábidos em tempo de reformas: ideário, textos e materialidades

ANTÓNIO CAMÕES GOUVEIA* | JOÃO LUÍS FONTES**



* NOVA FCSH - CHAM - Centro de Humanidades;
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal
 <http://orcid.org/0000-0002-6053-7411>
acamoegouveia@gmail.com

** NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais;
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal
 <http://orcid.org/0000-0002-7122-4357>
joaofontes@hotmail.com

Ao olharmos para a história do Cristianismo e das diversas formas de vida religiosa que este encerra, colhemos a impressão que nenhuma se revelou tão fecunda, mas também tão complexa como a iniciada por Francisco de Assis, na 1ª metade do século XIII.

É verdade que Francisco não deixa de ser um homem do seu tempo, num Ocidente medieval em profunda transformação, onde a expansão económica e o reanimar das cidades se fazem acompanhar de novas aspirações religiosas que apelavam a uma renovação, a um regresso às origens, a uma vida cristã entendida como seguimento do Evangelho, de um Cristo pobre e nú, presente nos mais pobres e ele mesmo feito pobre para salvação da Humanidade. Mas, ao mesmo tempo, revela um percurso profundamente original, na utopia de uma radical fraternidade, de uma pobreza entendida como caminho de solidariedade e de liberdade, ultrapassando lógicas de poder e de hierarquização social, que dificilmente pôde ser encerrado nos textos legislativos que o santo acabou por ratificar ou em soluções institucionais demasiado rígidas e fechadas.

Aos seus frades, que queria sempre menores, juntaram-se desde cedo as mulheres, por meio da comunidade criada em torno de Clara de Assis, mas também os leigos que, sem deixarem o mundo, se mostravam desejosos de viver de acordo com o seu carisma.

Se, nos tempos iniciais, muitos sectores da Ordem se sentiram atraídos pelas correntes milenaristas e apocalípticas, que viam em Francisco um outro Cristo e

o anúncio do advento de uma nova idade do mundo, foi sobretudo a questão da pobreza que suscitou, ao longo da história dos discípulos do *Poverello* de Assis, os maiores debates. Com a recorrente procura por uma observância mais fiel da pobreza, conforme o estipulado na *Regra* e no *Testamento* de Francisco, vinha a tensão entre a cidade, para onde se direcionava o seu apostolado, e a procura retemperadora da solidão do ermo, sinal do seguimento mais radical de Cristo.

É nesta dinâmica que, após a emergência dos primeiros movimentos da observância em meados do século XIV, e que acabaria por se afirmar a partir de meados do século XV, outros movimentos de reforma, ditos da descalcez em Espanha ou da Estrita Observância em Portugal, voltam a propor um regresso à vida pobre e austera, ao reforço da dimensão contemplativa e penitente, à proposta do ermo como lugar da luta interior e do encontro com Deus.

São diversos os “reformadores” que se inserem nesta nova dinâmica, desde o português Amadeu da Silva a Fr. João de Guadalupe, de Fr. Pedro de Alcântara a Frei Martinho de Santa Maria. A Fr. João de Guadalupe se associam as fundações que, em 1500, estariam na origem da Província da Piedade, desde o início protegida pela Casa de Bragança. Os Arrábidos surgiram mais tarde, a partir da instalação de Frei Martinho de Santa Maria na Arrábida, sob a proteção da casa ducal de Aveiro, em 1539, depressa seguida de novas fundações após 1542.

Pobres frades com ilustres patronos, interessados na reforma da vida religiosa e no prestígio e benefícios espirituais que lhes advinham da proteção de tais grupos e das suas casas conventuais. No caso da Arrábida e dos conventos que se multiplicam, como em círculos concêntricos, a partir da casa mãe, é claro o apoio da grande nobreza ligada ao serviço dos monarcas, mas também a sua ligação com os círculos reformistas castelhanos, por via de S. Pedro de Alcântara e dos seus companheiros. É assim que acompanham de perto o expandir das fundações e contribuem para uma organização mais realista e funcional do movimento, quer pelo estruturar da formação dos candidatos à nova forma de vida, quer pela redação dos primeiros *Estatutos* que deveriam reger o quotidiano destas casas.

Estes movimentos carecem ainda de um estudo mais sistemático, apesar da sua importância nos séculos XVI a XVIII, com um aumento exponencial de conventos e o desdobrar das primeiras províncias em novas circunscrições.

O que apresentamos aqui é um conjunto de estudos que têm em comum o seu objeto de estudo – o universo dos frades arrábidos e dos seus conventos – e a sua origem, dado que todos eles resultam de conferências inicialmente proferidas no âmbito das Jornadas de Estudo que, entre 2014 e 2018, decorreram no Convento dos Capuchos da Caparica.

Organizadas pelos coordenadores deste dossier, em articulação com o Dr. Luís Nascimento, com o apoio da Câmara Municipal de Almada, as Jornadas foram

pensadas como um espaço de laboratório em torno da história e património das casas arrábidas, promovendo a apresentação de novas investigações, estimulando a divulgação de experiências de recuperação e valorização do património conventual, trazendo novas linguagens em ordem a uma fruição diversificada destes espaços. Ao mesmo tempo, abriam-se a públicos diversificados, prolongando-se em iniciativas ligadas ao universo escolar e estimulando uma programação cultural mais integrada em torno do convento da Caparica. Por outro lado, ainda, as Jornadas articulavam-se com a exposição permanente que, desde 2013, estava patente no convento, promovendo um melhor conhecimento da história desta casa e da sua comunidade, dos seus restauros e das diversas utilizações de que foi alvo, sobretudo após a sua aquisição pela Câmara Municipal de Almada, em 1950¹.

O cessar das jornadas e a posterior retirada da exposição, por circunstâncias diversas que acabaram por determinar o abandono deste projeto, levaram-nos a propor a reunião, neste número temático, dos textos que, aí apresentados, poderiam ser um importante contributo para aprofundar o conhecimento e estimular a investigação em torno do universo arrábido. O itinerário proposto é, por isso, necessariamente fragmentário, a partir de distintos olhares sobre a história, os textos e os vestígios materiais que subsistem destas comunidades.

O dossier abre com um percurso pelo mundo do franciscanismo no Portugal moderno, englobando os territórios ultramarinos onde os franciscanos portugueses atuaram e fundaram conventos entre os séculos XVI e XVIII. Um percurso complexo, no deslindar da história de províncias e custódias, com as suas casas e efetivos, que nos chega graças ao labor de António Montes Moreira, um reconhecido especialista na história dos menores em Portugal.

Sucede-lhe um conjunto de textos que ajudam a compreender a importância dos livros e das leituras, tanto no interior do universo arrábido como no mais lato contexto do Portugal moderno, onde o patrocínio destes movimentos de renovação religiosa se liga muitas vezes à promoção de toda uma literatura de espiritualidade que veicula e alimenta os novos ideais religiosos.

Maria de Lurdes Correia Fernandes, a partir dos dados facultados por Fr. António da Piedade, o cronista arrábido autor do famoso *Espelho de Penitentes*, sobre aqueles e aquelas que protegiam e beneficiavam os frades capuchos da Caparica, aprofunda a relação desta casa arrábida com mais vastos círculos de relações sociais, culturais e espirituais, patrocinadoras da publicação e circulação de textos que procuram estender tanto a letrados como a gente mais simples o apelo à vida espiritual e à oração mental, caminhos necessários de uma urgente renovação.

1 Desta exposição resultou também um catálogo: FONTES, João Luís Inglês, coord.; CAEIRO, Nuno – *O Convento dos Capuchos: Vida, Memória, Identidade*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2013.

Isabel Almeida, por seu lado, propõe-nos um olhar sobre a espiritualidade arrábida a partir da poesia de Fr. Agostinho da Cruz, uma poesia que não deixa de se servir dos paradigmas da poesia profana para melhor cantar e procurar ascender ao divino. Centrado na Paixão de Cristo e no vencer da culpa humana, fá-lo na dinâmica amorosa que canta a força redentora da Cruz e a generosidade divina que a todos oferece a salvação.

Ainda no universo dos textos, Fernanda Maria Guedes de Campos procura compreender as leituras dos capuchos do convento da Caparica, a partir do inventário da sua livraria produzido após a extinção das ordens religiosas. Da sua análise resulta a importância que as leituras assumiam na vida destas comunidades, o cuidado exigido aos respetivos guardiães na atualização de obras e autores, e o multilinguismo que se destaca dos títulos inventariados. A cuidadosa identificação intentada pela autora dos títulos inventariados revela uma livraria de modestas dimensões, preocupada sobretudo com a instrução dos frades arrábidos e a sua capacitação em termos da prática pastoral e litúrgica e das competências predicativas.

Um último núcleo de textos dedica-se ao património construído associado aos frades arrábidos. Ana Assis Pacheco propõe um itinerário por um conjunto de conventos capuchos, entre as casas recoletas, de maior austeridade – caso dos conventos da Arrábida e da Serra de Sintra – e os restantes conventos, mais próximos dos povoados e com um esquema construtivo mais tradicional, articulado entre a igreja e o claustro, numa gramática que se devia pautar pela simplicidade, pobreza e austeridade. Cuidadosamente regulamentada pelos Estatutos da Província, essa “Humilde e abreviada arquitectura”, que vamos descobrindo na leitura dos materiais, das formas e das espacialidades, é aqui recuperada, propondo sobretudo caminhos de futuros aprofundamentos sobre um património durante muito tempo descurado.

Sobre o mesmo património se debruça o artigo de Victor Mestre e Sofia Aleixo, discutindo, a partir de dois casos concretos – o convento arrábido de Nossa Senhora da Conceição de Alferrara e o mosteiro paulista de Nossa Senhora da Consolação também de Alferrara –, o que significa intervir sobre o património religioso e como o conhecimento da sua história e das vivências e práticas religiosas associadas aos seus habitantes se revela fundamental para a definição de estratégias de preservação e de fruição. Entendê-los como monumentos de memória significa reconhecer a sua capacidade de ainda hoje dizerem algo de importante sobre a nossa comum humanidade, sobre os valores intangíveis sobre os quais nos construímos e entendemos. Mas fazê-lo exige também torná-lo possível de ser vivido para além de um registo meramente museológico, tornando-o significativo para as gerações do presente.

Ao terminar, cabe-nos agradecer todo o apoio que obtivemos do Dr. Luís Nascimento e da sua equipa do Convento dos Capuchos da Caparica, na tentativa de erguer um projeto cultural articulado e audaz em torno desta antiga casa capucha. O nosso obrigado também aos autores que se dispuseram a visitar e atualizar os seus textos, em ordem à sua publicação, e ao CEHR, pela disponibilidade para acolher este conjunto de contributos e dar-lhes uma outra visibilidade e alcance. Sobretudo, a sua publicação pretende estimular e abrir caminho para novas investigações sobre estes movimentos de renovação no interior do franciscanismo, as suas casas e comunidades, os seus patronos e das suas relações com o mais vasto contexto social, cultural e religioso vivido em Portugal ao longo dos séculos XVI a XVIII. Só assim poderemos valorizar devidamente o património deixado por estas comunidades capuchas, delineando estratégias capazes de o tornar significativo para as gerações vindouras.

